



SumUp Sociedade de Crédito Direto S.A.
Demonstrações financeiras dezembro de 2020

Índice

Relatório dos auditores independentes	2
Diretoria	5
Relatório da administração	6
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	10
Demonstração do fluxo de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
SumUp Sociedade de Crédito Direto S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SumUp Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 30 de março de 2020 (início das operações) a 31 de dezembro de 2020, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SumUp Sociedade de Crédito Direto S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa do período de 30 de março de 2020 a 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Rui Borges', is written over a circular stamp or watermark.

Rui Borges
Contador CRC-1SP207135/O-2

Diretoria

SumUp Sociedade de Crédito Direto S.A.

Diretores

Fabiano Fialho Camperlingo
Mariana de Castilho Lázaro *

Contador

André Victor Vicentini de Oliveira
CRC – 1SP-326608-08

*Diretora responsável pelas demonstrações financeiras.

Relatório da administração

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais da SumUp Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Companhia" ou "SumUp Bank") relativas ao período iniciado em 30 de março de 2020 até 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN).

Perfil Corporativo

O SumUp Bank foi constituído em 5 de dezembro de 2019 e em 30 de março de 2020 ele foi autorizado a funcionar como Sociedade de Crédito Direto pelo BACEN.

Desempenho

O SumUp Bank iniciou suas atividades operacionais e comerciais em 1 de novembro de 2020 com a conta de pré-pagamento em moeda eletrônica ("Conta SumUp").

Resultado e Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2020 o prejuízo acumulado do SumUp Bank foi de R\$11.824 mil e o Patrimônio Líquido R\$6.107 mil.

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2020 os Ativos totalizaram R\$101.358 mil e correspondem substancialmente a depósitos no Banco Central e títulos públicos do Governo Federal do Brasil e os Passivos totalizaram R\$95.251 mil que correspondem a obrigações diversas.

Agradecimentos gerais

Agradecemos aos colaboradores do SumUp Bank, pelo talento e dedicação na construção de nossa instituição financeira.

São Paulo, 19 de março de 2021.

A Administração.

SumUp Sociedade de Crédito Direto S.A.
 Balanço patrimonial
 31 de dezembro de 2020
 (Em milhares de reais - R\$)



	<u>Nota</u>	<u>2020</u>
Ativo		
Ativo circulante		
Disponibilidades		778
Instrumentos financeiros	4	16.034
Títulos e valores mobiliários		16.034
Relações interfinanceiras		80.690
Depósitos no Banco Central	5	80.690
Outros créditos		3.856
Diversos		3.856
Total ativo circulante		<u>101.358</u>
Total de ativos		<u>101.358</u>
Passivo e patrimônio líquido		
Passivo circulante		
Depósitos	6	78.977
Outras obrigações	7	16.274
Obrigações fiscais e previdenciárias		674
Diversas		15.600
Total passivo circulante		<u>95.251</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	8	17.931
Prejuízo acumulado		(11.824)
Total patrimônio líquido		<u>6.107</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>101.358</u>

SumUp Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstração do resultado

Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e período de 30 de março a 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais - R\$)



	Nota	2020	
		2º Semestre	Período
Receita de intermediação financeira			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	4	36	75
Resultado de intermediação financeira		36	75
Outras receitas/despesas operacionais		(11.886)	(11.888)
Receitas de prestação de serviços		634	634
Rendas de tarifas bancárias		223	223
Despesas de pessoal	9	(2.247)	(2.247)
Outras despesas administrativas	10	(10.307)	(10.307)
Despesas tributárias		(121)	(123)
Outras receitas operacionais		31	31
Outras despesas operacionais		(99)	(99)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(11.850)	(11.813)
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes		-	(11)
Prejuízo do semestre/período		(11.850)	(11.824)
Prejuízo por ação (em R\$)		(0,01)	(0,01)

SumUp Sociedade de Crédito Direto S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e período de 30 de
março a 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais - R\$)



	2020	
	2º Semestre	Período
Resultado líquido semestre/período	(11.850)	(11.824)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do semestre/período	<u>(11.850)</u>	<u>(11.824)</u>

SumUp Sociedade de Crédito Direto S.A.
 Demonstração da mutação do patrimônio líquido
 Semestres findos em 30 de junho e período de 30 de março a
 31 de dezembro de 2020
 (Em milhares de reais - R\$)



	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízo acumulado</u>	<u>Total</u>
Saldos em 30 de junho de 2020		<u>1.931</u>	<u>26</u>	<u>1.957</u>
Integralização de capital	8	16.000	-	16.000
Prejuízo do semestre		-	(11.850)	(11.850)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u>17.931</u>	<u>(11.824)</u>	<u>6.107</u>
	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízo acumulado</u>	<u>Total</u>
Integralização inicial de capital	8	1.931	-	1.931
Integralização de capital	8	16.000	-	16.000
Prejuízo do período		-	(11.824)	(11.824)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u>17.931</u>	<u>(11.824)</u>	<u>6.107</u>

SumUp Sociedade de Crédito Direto S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e período de 30 de março a 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais - R\$)



	Nota	2020	
		2º Semestre	Período
Resultado líquido		(11.850)	(11.824)
Ajustes do resultado antes dos impostos:			
Valor de mercado de títulos e valores mobiliários, negociação	4	(6)	(5)
Redução (aumento) dos ativos:			
Títulos e valores mobiliários, negociação		(14.058)	(16.029)
Depósitos no Banco Central		(80.690)	(80.690)
Outros créditos diversos		(3.856)	(3.856)
Aumento (redução) de passivos:			
Depósitos		78.977	78.977
Obrigações fiscais		661	674
Outras obrigações diversas		15.600	15.600
Caixa líquido utilizado em atividades operacionais		<u>(15.222)</u>	<u>(17.153)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital	8	16.000	17.931
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>16.000</u>	<u>17.931</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>778</u>	<u>778</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		778	778
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>778</u>	<u>778</u>

1. Informações gerais

SumUp Sociedade de Crédito Direto S.A. (a “Companhia”, “SumUp Bank”) foi constituída em 5 de dezembro de 2019 e em 30 de março de 2020 a Companhia foi autorizada a funcionar como Sociedade de Crédito Direto pelo Banco Central do Brasil (“Bacen” ou “BCB”) e em 1 de novembro de 2020 iniciou as suas atividades operacionais. A Companhia está localizada no Brasil, com sede na Rua Gilberto Sabino, 215, 10º andar, São Paulo, Brasil e é controlada pela SumUp Holdings Luxembourg SARL (“SumUp Group” ou “Controladora”), localizada em Luxemburgo.

A Companhia tem por objeto a prática de (i) operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio ou outras origens desde que regulatoriamente permitidas; (ii) emissão de moeda eletrônica e gestão de conta de pagamentos pré-paga, com emissão de instrumentos de pagamento pré-pagos ou pós-pagos; (iii) prestação de serviços de análise de crédito e cobrança; e (iv) participação no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista, exceto instituições financeiras.

O desenvolvimento das operações da Companhia prevê o ingresso de clientes portadores de contas de pagamento, bem como de operações de crédito direto ao consumidor (CDC) que resultarão em geração de lucros no futuro. Dessa maneira as demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das atividades.

2. Principais políticas contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, emitido pelo BACEN.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 19 de março de 2021.

2.2 Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos nas demonstrações financeiras com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado ou pretenda ser vendido ou consumido no ciclo operacional normal;
- Está mantido principalmente para fins de negociação;
- Espera que seja realizado dentro de doze meses após a data do balanço;
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que seja proibido de ser trocado ou usado para liquidar um passivo por pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado no ciclo operacional normal;
- Está mantido principalmente para fins de negociação;
- Deve ser liquidado dentro de doze meses após a data do balanço;
- Não há direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório.

2.3 Resumo das principais políticas contábeis

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são preparadas e apresentadas em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma), que é a moeda funcional. Transações em moedas diferentes da moeda funcional da Companhia ("moedas estrangeiras") são reconhecidas como resultado da taxa de câmbio em vigor nas datas das transações. No final do período do relatório, os itens monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos considerando as taxas vigentes na data do relatório. Os ganhos ou as perdas cambiais são reconhecidos como receita / custo financeiro na demonstração do resultado.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários em moeda nacional considerados no Balanço Patrimonial na rubrica Disponibilidades e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais em até 90 dias, conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e utilizados na gestão de caixa dos compromissos de curto prazo e não para propósitos de investimento e financiamento.

2.3 Resumo das principais políticas contábeis - Continuação

b) Caixa e equivalentes de caixa - continuação

	<u>2020</u>
Depósitos bancários - Moeda local	768
Reserva livre - Banco Central	<u>10</u>
Total	<u>778</u>

c) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Para fins de reconhecimento e mensuração, os instrumentos financeiros são classificados em quatro categorias:

(i) Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

(iii) Títulos disponíveis para venda

Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são contratos ou acordos cujo valor é derivado de um ou mais índices subjacentes ou ativos referenciados no contrato ou acordo, que exigem nenhum ou pouco investimento líquido inicial e são liquidados em uma data futura.

Desreconhecimento ativo financeiro

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

2.3 Resumo das principais políticas contábeis - Continuação

c) Instrumentos financeiros - continuação

- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a Companhia pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução de valor recuperável de ativos financeiro

Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros não avaliados pelo valor justo são reconhecidas imediatamente quando há evidência objetiva de perda e o valor contábil desses ativos é reduzido com o uso de provisões. Provisões para redução ao valor recuperável de ativos financeiros não avaliados ao valor justo são avaliadas e calculadas individualmente e são reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento passivo financeiro

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.3 Resumo das principais políticas contábeis - Continuação
d) Mensuração do valor justo - Continuação

A Companhia mensura instrumentos financeiros, como derivativos, e ativos não financeiros, como propriedades para investimento, pelo valor justo em cada data de relato. O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal do ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.

O principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado usariam ao precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado atuem no seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante de mercado de gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também usaria o ativo de forma ideal. A Companhia utiliza técnicas de avaliação apropriadas nas circunstâncias e para as quais existem dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia do valor justo, descrita a seguir, com base nos dados de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais o menor nível de entrada significativo para a mensuração do valor justo é direto ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais o menor nível de entrada significativo para a mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para os ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis na hierarquia, reavaliando a categorização (com base na entrada de nível mais baixo que é significativa para a mensuração do valor justo como um todo) no final de cada período de divulgação.

2.3 Resumo das principais políticas contábeis - Continuação

e) Relações interfinanceiras

Correspondem aos valores depositados no Banco Central do Brasil como garantia de lastro para o saldo depositado por clientes a conta de pagamento pré-paga ("Conta SumUp").

f) Depósitos

Correspondem aos valores de depósitos realizados por clientes na Conta SumUp, que faz parte da modalidade de conta de pagamento pré-paga.

g) Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes ativos ou passivos são mensurados pelo valor estimado a ser compensado ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para o cálculo do imposto em vigor nas datas dos balanços são de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido e não no resultado do exercício. A administração avalia periodicamente a posição fiscal das situações das quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões, quando apropriado.

A Companhia possui ativo fiscal diferido, não reconhecido no montante de R\$4.016 provenientes de prejuízo fiscal e adições temporárias.

h) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente como resultado de um evento passado, é provável que a Companhia seja obrigada a liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável pode ser feita sobre o valor da obrigação.

O valor contabilizado como provisão é a melhor estimativa da contraprestação necessária para liquidar a obrigação presente no final do período do relatório, considerando os riscos e incertezas em torno da obrigação.

i) Lucro/prejuízo por ação

O lucro/prejuízo por ação da Companhia é calculado dividindo-se o resultado líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações totais no final do exercício.

j) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Companhia divulga os resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada. Resultado não recorrente é o resultado que: não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e que não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos que deram origem ao resultado não recorrente são evidenciados nas notas explicativas.

3. Julgamentos contábeis críticos e principais estimativas e premissas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de receitas, despesas, ativos e passivos e as divulgações que os acompanham e a divulgação de passivos contingentes. A incerteza sobre essas premissas e estimativas pode resultar em resultados que requeiram um ajuste relevante no valor contábil de ativos ou passivos afetados em períodos futuros.

Julgamentos

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

Estimativas e premissas

A Companhia revisa estimativas e premissas de maneira contínua; no entanto, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Mudanças nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros que possam ser impactados. As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas significativas são as seguintes:

Provisão para riscos

As provisões são reconhecidas para todos os riscos e ações judiciais avaliadas como perdas prováveis e que podem ser estimadas com segurança. A probabilidade de perda é avaliada com base nas evidências disponíveis, hierarquia de leis, decisões de casos disponíveis, decisões judiciais mais recentes e sua relevância no sistema jurídico e na avaliação feita pelo consultor jurídico externo da Companhia. A Administração acredita que essas provisões para riscos são demonstradas com precisão nas informações financeiras.

Redução ao valor recuperável de ativos

Um ativo que não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado no final do período do relatório para determinar se há alguma evidência objetiva de que está deteriorada, o que pode ocorrer após o reconhecimento inicial do ativo e ter um efeito adverso. impacto nos fluxos de caixa futuros projetados.

4. Instrumentos financeiros

Títulos e valores mobiliários

a. Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento contratual

Os títulos e valores mobiliários referem-se a títulos públicos do governo federal do Brasil, classificados como para negociação e com nível 1 quanto a mensuração de seu valor justo.

	2020		
	Custo	Valor de Mercado	Acima de 365
Vinculados ao Banco Central para integralização de capital			
Títulos públicos - Brasil			
Letras financeiras do tesouro	16.029	16.034	16.034
Total	16.029	16.034	16.034

b. Resultado com títulos e valores mobiliários

	2020	
	2º Semestre	Período
Renda com letras financeiras do tesouro	30	70
Valor justo - títulos públicos	6	5
Total	36	75

5. Relações interfinanceiras

Depósitos no Banco Central

Valores depositados no Banco Central do Brasil como garantia de lastro para o passivo de Depósitos de clientes da Conta SumUp.

	2020
Depósitos no Banco Central	80.690
Total	80.690

6. Depósitos

Outros depósitos

Valores depositados por clientes na Conta SumUp, na modalidade de conta de pagamento pré-paga.

	<u>2020</u>
Conta SumUp	<u>78.977</u>
Total	<u>78.977</u>

7. Outras obrigações

	<u>2020</u>
Contas a pagar com partes relacionadas (nota 11)	11.651
Contas a pagar	3.363
Obrigações fiscais e previdenciárias	674
Obrigações trabalhistas	<u>586</u>
Total	<u>16.274</u>

8. Patrimônio Líquido

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social da Companhia é R\$17.931, compreendendo 1.793.113.250 ações ordinárias sem valor nominal. Todas as ações emitidas são totalmente integralizadas e têm direitos de voto iguais nas assembleias gerais e para receber dividendos.

Em 24 de novembro de 2020 a Companhia recebeu aporte de capital de seus controladores no valor de R\$16.000, com emissão de 1.600.000.000 ações ordinárias sem valor nominal. Não houve alteração no percentual de participação societária de seus controladores. Este processo foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 4 de março de 2021.

Em 30 de março de 2020, a Companhia foi autorizada pelo Banco Central do Brasil a funcionar, com o capital social de R\$1.931, compreendendo 193.113.250 ações ordinárias sem valor nominal.

SumUp Sociedade de Crédito Direto S.A.
 Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
 Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e período de 30 de
 março a 31 de dezembro de 2020
 (Em milhares de reais - R\$)



9. Despesas de pessoal

	2020	
	<u>2º Semestre</u>	<u>Período</u>
Proventos	(1.669)	(1.669)
Encargos sociais	(496)	(496)
Benefícios	(82)	(82)
Total	(2.247)	(2.247)

As despesas com remuneração do pessoal chave da administração são liquidadas por outras empresas do grupo.

10. Outras despesas administrativas

	2020	
	<u>2º Semestre</u>	<u>Período</u>
Despesa com embossamento de cartões	(7.270)	(7.270)
Despesas com frete de cartões	(2.433)	(2.433)
Despesa de serviços técnicos especializados	(281)	(281)
Despesa de processamento de dados	(169)	(169)
Outras despesas administrativas	(126)	(126)
Despesa com logística	(28)	(28)
Total	(10.307)	(10.307)

11. Partes relacionadas

Balanco Patrimonial	<u>2020</u>
Passivo - Outras obrigações	
SumUp Soluções de Pagamento Brasil Ltda. - Coligada	<u>11.651</u>
Total	<u>11.651</u>

Demonstração do resultado do exercício	2020	
	<u>2º Semestre</u>	<u>Período</u>
Outras despesas administrativas		
SumUp Soluções de Pagamento Brasil Ltda. - Coligada	<u>(9.731)</u>	<u>(9.731)</u>
Total	<u>(9.731)</u>	<u>(9.731)</u>

As transações efetuadas com partes relacionadas foram pactuadas em condições usuais de mercado.

12. Gerenciamento de risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do SumUp Bank. é apropriada para seu porte e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, monitoramento e controle dos riscos aos quais está exposto.

O SumUp Bank prioriza os riscos que têm um impacto material em seus objetivos estratégicos. A estrutura de gerenciamento de riscos realiza a identificação e avaliação de riscos com o objetivo de selecionar os riscos que são chaves para buscar oportunidades potenciais e/ou que podem impedir a criação, preservação e realização de valor, ou que podem corroer o valor já existente, com a possibilidade de haver impactos nos resultados, capital, liquidez e reputação.

O processo de gerenciamento de riscos permeia toda a Companhia, estando alinhado às diretrizes da administração e dos executivos, que, por meio de reuniões internas, definem os objetivos da Companhia, incluindo o apetite ao risco. Por outro lado, as unidades de controle e gerenciamento de capital fornecem suporte à administração por meio de processos de monitoramento e análise de risco e capital.

a. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a mudanças nos preços de mercado. O risco de mercado compreende três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco de moeda e outros riscos de preço, como risco de preço de ações e risco de commodities. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem títulos e valores mobiliários.

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuem devido a alterações nas taxas de juros do mercado. A exposição da Companhia ao risco de alterações nas taxas de juros de mercado em 31 de dezembro de 2020 está relacionada principalmente aos títulos do governo do Brasil, que possuem taxa de juros pós fixada (SELIC), e compõem o ativo da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

b. Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da Companhia não ser capaz de honrar suas obrigações correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas além da ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis que podem afetar a capacidade de pagamento da Companhia.

Os procedimentos adotados pelo SumUp Bank estão em conformidade com os procedimentos estabelecidos para identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos de liquidez, inerentes às operações da Companhia.

c. Risco de crédito

O gerenciamento é feito pela administração, aplicando-se os limites operacionais, previamente aprovados pelas áreas competentes. A gestão do risco de crédito trabalha com a coleta de documentação e todas informações necessárias para a análise da operação.

d. Risco operacional

A Companhia considera como risco operacional, o risco de perda ou ganhos não planejados resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. O risco operacional inclui ainda o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e as indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela organização. O Gerenciamento de Risco Operacional na Companhia abrange mecanismos, ferramentas, políticas, procedimentos e processos, incluindo a supervisão da gestão para identificar, avaliar, monitorar, relatar e controlar o risco operacional.

A Companhia possui políticas e procedimentos referentes ao Gerenciamento de Risco Operacional devidamente formalizados e aprovados.

e. Gerenciamento de capital

O SumUp Bank possui uma boa estrutura de capital que garante estabilidade financeira e fornece uma base sólida para o início, estruturação e o desenvolvimento contínuo das operações comerciais. A Administração supervisiona a estrutura de capital e a administração financeira da Companhia, aprova assuntos relacionados a despesas, investimentos e financiamento e monitora continuamente a exposição do Grupo a riscos financeiros.

13. Outros assuntos

a. Impacto do Covid-19

A propagação da pandemia COVID-19 impactou negativamente a economia global, interrompeu as cadeias de abastecimento e criou uma volatilidade significativa nos mercados financeiros globais. Os riscos desta pandemia, estão sendo monitorados tempestivamente pela administração da Companhia e até o momento não houve impacto relevante nas operações e nos negócios do SumUp Bank. A Companhia, mantendo a sua responsabilidade social, continuará a acompanhar os possíveis efeitos econômicos e sociais da pandemia do Covid-19.

b. Resultados não recorrentes

Durante o período de 30 de março 2020 a 31 de dezembro de 2020, a Companhia não registrou resultados não recorrentes.

SumUp Sociedade de Crédito Direto S.A.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e período de 30 de
março a 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais - R\$)



14. Eventos subsequentes

Em 29 de janeiro de 2021 a Companhia recebeu aporte de capital de seus controladores no valor de R\$20.000, com emissão de 2.000.000.000 ações ordinárias sem valor nominal. Não houve alteração no percentual de participação societária de seus controladores. Este processo está sob análise de aprovação pelo Banco Central do Brasil.